

PODER/ Corte forma maioria e respalda a homologação do ministro Flávio Dino para as novas regras — elaboradas pela AGU e pelas advocacias do Senado e da Câmara — sobre a liberação de recursos federais indicados pelos parlamentares

STF confirma plano de emendas

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para manter a decisão liminar do ministro Flávio Dino, que homologou o plano de trabalho proposto pelo Congresso e pelo governo federal para execução de emendas parlamentares, com regras de transparência e rastreabilidade. A medida encerra o impasse entre o Judiciário e o Legislativo sobre a liberação dos recursos.

A análise do caso está no plenário virtual da Corte e termina em 5 de março. O plano foi formulado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelas advocacias do Senado e da Câmara dos Deputados.

Porém, seguem bloqueados repasses em que há irregularidades constatadas pelo Executivo ou pelo Judiciário, as emendas Pix sem plano de trabalho aprovado, além das emendas de comissão e de bancada nas quais não há provas de que os recursos foram aprovados coletivamente. Essas indicações precisarão ser tratadas caso a caso, cumprindo os critérios determinados pela Justiça.

Entre os principais pontos do plano está a identificação, no Portal da Transparência, dos parlamentares autores das emendas de comissão e de relator (modalidade que foi extinta, mas que ainda carece de esclarecimento sobre recursos indicados antes de 2022). Outra determinação é a padronização de atas das bancadas estaduais e das comissões temáticas, com a especificação de como será gasto o dinheiro — além da anexação de planilhas apontando os beneficiários das emendas.

Dino manteve, também, exigências feitas anteriormente

sobre auditorias e relatórios técnicos, a serem elaborados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). A decisão do ministro não altera o andamento de processos sobre emendas parlamentares, nem prejudica inquéritos e ações judiciais nas quais são analisadas "práticas improbas".

Ao apresentar o voto, o ministro Alexandre de Moraes destacou que "a modelagem de ferramentas de controle indica uma aprendizagem institucional que concilia a realidade política e administrativa do orçamento público com a necessidade imperiosa de cumprimento da Constituição".

Desvios

O ministro Cristiano Zanin, do STF, votou, ontem, para tornar réus os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE). Eles são acusados de envolvimento em um esquema de corrupção relacionado ao desvio de dinheiro das emendas.

A ação está no plenário virtual da Primeira Turma, que decidirá se aceita a denúncia e torna os três réus. Nesse caso, eles serão julgados por corrupção passiva e organização criminosa.

A denúncia foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República. Segundo a PGR, os três integravam uma rede que desviava recursos destinados a municípios, cobrando propina sobre as emendas liberadas. De acordo com as investigações, teriam movimentado pelo menos R\$ 7 milhões em transações ilícitas, incluindo recursos da saúde. (Colaborou Danandra Rocha)

Rosinei Coutinho/STF



Dino é acusado por parlamentares de fazer jogo combinado com o governo para não liberar os recursos

A modelagem de ferramentas de controle indica uma aprendizagem institucional que concilia a realidade política e administrativa do orçamento público com a necessidade imperiosa de cumprimento da Constituição"

Ministro Alexandre de Moraes, que acompanhou o voto de Dino

STJ faz desagravo a Moraes sobre EUA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou, ontem, uma nota de desagravo a Alexandre de Moraes, por causa dos ataques do governo norte-americano ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de pedirem harmonia para que Brasil e Estados Unidos trabalhem juntos, destacaram a soberania nacional.

"Nenhum juiz brasileiro julga sozinho um litígio, por menor que seja, sem que da sua decisão caiba pelo menos um recurso para órgão colegiado, no mesmo tribunal ou

em tribunal superior. Essa é a maior garantia que os cidadãos e as empresas brasileiros e estrangeiros têm de que a lei, sem arbitrariedade ou privilégio, valerá igualmente para todos", diz a nota do STJ.

A nota da Corte afirma, ainda, que "presta um desserviço à nossa história comum, e ao futuro promissor da nossa cooperação, quem apostar em conflito entre as nossas instituições, sobretudo as judiciais", diz a nota do STJ.

O texto é assinado pelo presidente do STJ, Herman Benjamin;

pelo vice-presidente do STJ, ministro Luís Felipe Salomão; pelo ministro Mauro Campbell Marques, corregedor Nacional de Justiça; e pelo diretor da Escola Nacional da Magistratura, ministro Benedito Gonçalves.

O Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes aprovou um projeto de lei que pode levar à proibição da entrada de Moraes nos EUA. A origem da animosidade é a restrição de acesso à conta do bolsonarista Allan dos Santos — que se encontra em solo norte-americano, mas

é foragido da Justiça brasileira — por meio da plataforma de vídeos Rumble.

Segundo o Departamento de Estado norte-americano, "bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar indivíduos que lá vivem é incompatível com valores democráticos". O Ministério das Relações Exteriores (MRE) reagiu, assim como Moraes, que lembrou ter o Brasil deixado "de ser colônia em 1822". (LP)

50 ANOS DE

LEGALIDADE



4 QUARTOS NO GUARÁ

Cláudio Cohen QI 33 PRONTO	4 Quartos	Cob. Lineares
	127 a 190 m ² Até 3 vagas de garagem	256 a 258 m ² 3 vagas de garagem

LAZER COMPLETO

EMPRESA FILIADA A ADEME

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE PLANTÃO NO LOCAL

GUARÁ II

QI 23 Lote 5

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE | NOROESTE | ÁGUAS CLARAS | SMAS
Eixinho, ao lado do McDonald's | CLNW 2/3 | Rua 33 Sul Lote 7 | Trecho 3, Lote 7

50

PaulOOctavio

1975 | 2025